PORTARIA Nº 3951/2022-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012, R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 134618/2022 conforme abaixo relacionado:

NOME: BIANCA DE LIMA CARVALHO

CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (CABO PM) - MP.FG.GM I

MATRÍCULA: 999.3290

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): Bragança/PA

PERÍODO(S): 25/07/2022 - 29/07/2022

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diária(s)

FINALIDADE: Escolta Policial.

Ordenador(a) da Despesa: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, em exercício

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELEM/PA, 21 de julho de 2022.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 3952/2022-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012, R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 133696/2022 conforme abaixo relacionado:

NOME: ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ

CARGO/FUNÇÃO: Coordenador de Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAOCP)

MATRÍCULA: 999.452

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): Porto Alegre/RS

PERÍODO(S): 09/08/2022 - 13/08/2022

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 (três) diária(s)

FINALIDADE: Curso/encontro/seminário - Participar do XV Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Ordenador(a) da Despesa: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, em exercício

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELEM/PA, 21 de julho de 2022.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo: 835677

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA Nº 4149/2022-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; Considerando o ofício nº 334/2022-MP/PJF, protocolizado sob o nº 10000/2022, que se refere a suposto crime praticado, em tese, por autoridade detentora de foro por prerrogativa de função;

Considerando que, conforme o artigo 56, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, compete privativamente ao Procurador-Geral de Justiça ajuizar ação penal de competência originária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Magistratura;

Considerando a Notícia de Fato n.º 002854-009/2022,

R E S O L V E:

DELEGAR, com fundamento no art. 56, IX da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, poderes de órgão de execução ao Promotor de Justiça DANIEL BRAGA BONA, para atuar na Notícia de Fato n.º 002854-009/2022, podendo investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar audiências, oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que deferidas pelas autoridades judiciárias, oferecer denúncia, propor ação judicial pertinente, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até a sua fase final, ou arquivar se assim entender, em todo respeitados os direitos e garantias que assistem as partes envolvidas, conforme o previsto na legislação competente.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 02 de agosto de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 835397

EXTRATO DE ATA DO CONSELHO SUPERIOR DO MPPA, REFERENTE À 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL – 2022 (Resolução n.º 004/2020/CSMP/MPPA)

DATA E HORA – 8h do dia 25/07 até às 18h do dia 29/07/2022.

LOCAL: sítio eletrônico: www.mppa.mp.br. PRESENTES: Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior em exercício; Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, Conselheiro Secretário e os seguintes Conselheiros: Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Dr. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA

DAS NEVES, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO e Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO.

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo n.º 000581-048/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Origem: 1º PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: Notícia de suposto superfaturamento no transporte escolar do Município de Canaã dos Carajás

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 27, §3º, II da Resolução n.º 007/2019-CPJ, devendo os autos serem encaminhados à PGJ para designação de outro membro do Ministério Público para tomar as providências cabíveis. DECIDIU, ainda, que a Secretaria do CSMP encaminhe cópia de alguns documentos do processo à Corregedoria-Geral do MPPA.

1.1.2. Processo n.º 000980-048/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Origem: 1º PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: Apurar suspeitas em relação a processos licitatórios, possivelmente irregulares, e emissão de licenças sanitárias de forma ilegal, por parte da Prefeitura de Canaã dos Carajás

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU no sentido de que a RECUSA FUNDAMENTADA seja recebida, devendo-se designar outro membro para atuar no caso, que venha atender à solicitação de novas diligências, conforme dispõe o art. 27, §3º, inciso I, da Resolução n.º 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça

1.1.3. Processo n.º 002947-710/2017

Requerente(s): Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Requerido(s): Promotoria de Justiça de Barcarena

Origem: 3º PJ de Barcarena

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em processos licitatórios, cujo objeto era construção de 5 escolas municipais de educação infantil

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 27, §3º, II da Resolução n.º 007/2019-CPJ, devendo os autos serem encaminhados à PGJ para designação de outro membro do Ministério Público para tomar as providências cabíveis.

1.1.4. Processo n.º 000251-140/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): A. Leocádio dos Santos

Origem: PJ de Ourém

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental cometida pela Empresa A. Leocádio dos Santos

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO do DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, devendo os autos ser remetidos com a devida urgência, para que sejam adotadas as providências cabíveis por força do art. 8º, inciso IX do Regimento Interno do CSMP e art. 3º, da Resolução n.º 005/2014 – MP/CSMP.

1.1.5. Processo n.º 000361-139/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Concórdia do Pará

Origem: PJ de Concórdia do Pará

Assunto: Apurar a ocorrência de improbidade administrativa enquadrável na Lei nº 8429/92 na Adesão 003/2019 à licitação Pregão Eletrônico 019/2019 da SUSIPE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.1.6. Processo n.º 000934-940/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marabá - Prefeitura Municipal

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de atos de improbidade administrativa relativos à irregularidade supostamente ocorridas em processo licitatório promovido pela Prefeitura Municipal de Marabá para contratação de empresa para prestar serviços de reprografia e encadernação de documentos

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.7. Processo n.º 000484-084/2018

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Estado do Pará - Secretaria de Estado de Educação, Construtora Capitólio Ltda

Origem: 1ª PJ de Rondon do Pará

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação da Empresa Construtora Capitólio para a construção de escola com 12 (doze) salas de aula no Bairro Novo Horizonte, Rondon do Pará/PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.